O MAIOR CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
"CONHECIMENTO: A ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO"
25 A 29 DE SETEMBRO | PONTA GROSSA - PARANÁ
ISSN: 2175-7623

Gestão sustentável em uma Organização Militar no estado do Mato Grosso do Sul

Natasha de Araujo Cezar (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) df.nash@gmail.com
Daniela Althoff Philippi (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) daniela_philippi@yahoo.com.br

Resumo:
A prática do desenvolvimento sustentável (DS) nas organizações ainda requer muitos estudos. Comumente as organizações mantém em seus discursos a busca pela sustentabilidade que nem sempre condizem com a prática. O conceito originou-se de concepções restritas do desenvolvimento, limitando-se ao econômico, influenciando a existência de problemas de ordem ambiental e social. Para uma organização ser sustentável é necessário que procure em todos os seus processos a ecoeficiência e ser socialmente responsável. Em estudo exploratório, com base na literatura sobre o tema e a sua prática em Organizações Militares, verificou-se carência de estudos com essa temática no Exército Brasileiro. Diante disso, a pesquisa objetivou descrever os principais aspectos relativos à sustentabilidade na gestão de uma OM situada no estado do Mato Grosso do Sul. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi qualitativa e do tipo estudo de caso. As fontes de dados foram documentos referentes à gestão ambiental da OM, entrevista com o principal responsável no que se refere às dimensões da sustentabilidade e a observação não participante. Como principais resultados, evidenciaram-se as ações da OM voltadas às dimensões social, econômica e ambiental do DS, que foram descritas como proposto. Observou-se algo peculiar neste tipo de organização no que se refere à sua missão institucional que, por natureza, traz em seu bojo a dimensão social. Contudo, alguns processos relacionados ao DS merecem revisão ou aprimoramento, especialmente quanto à dimensão ambiental, o que já está sendo trabalhado dentro da OM, conforme prevê o seu plano de gestão ambiental.
Palavras chave: Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Organização Militar.

Sustainable management of a Military Organization in the state of Mato Grosso do Sul

Abstract
The practice of sustainable development (SD) in organizations still requires many studies. Commonly, organizations keep their speeches directed to the quest for sustainability, which does not always correspond to practice. The SD concept originated from strict conceptions of development, limited to economic growth, influencing the existence of environmental and social issues. For an organization to be sustainable, it needs to seek eco-efficiency and social responsibility in all of its processes. An exploratory study based on literature on the topic and its practice in Military Organizations (MO) showed a lack of studies on this subject in the Brazilian Army. Thus, this study aimed to describe the main aspects of sustainability in the management of an MO in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. Regarding the methodological procedures, the research was qualitative and a case-study type. The data

sources were documents reporting on the environmental management adopted by the MO, interview with the person in charge of the dimensions of sustainability and non-participant observation. The main results showed that the MO adopts actions aimed at social, economic and environmental dimensions of SD, which were described as proposed. Something peculiar was observed in this type of organization with regard to its institutional mission that, by its nature, encompasses the social dimension. However, some processes related to SD deserve revision or improvement, especially in terms of the environmental dimension, which is already being developed within the MO, as prescribed in its environmental management plan.
Key words: Environmental Management, Sustainability, Sustainable Development, Military Organization.

1 Introdução

O conceito de Desenvolvimento Sustentável origina-se no debate internacional fundamentado em críticas a percepções restritas do desenvolvimento, limitando-se muitas vezes apenas ao desenvolvimento econômico, o que tem contribuído para a maior ocorrência de desastres ambientais e para o aumento das desigualdades sociais (Van Bellen, 2002; Philippi e Edrmann, 2008). Tais problemas têm, conforme Philippi e Erdmann (2008), levado a novas concepções do desenvolvimento, incluindo no seu bojo outras dimensões, como a social e a ambiental, entre outras, além da econômica. Para a UNEP (2007) e Coral (2002) a sustentabilidade compõe-se fundamentalmente nas dimensões: econômica, social e ambiental, o que se convencionou denominar de *triple bottom line* como um ideal a ser perseguido por diversos setores da sociedade, incluindo-se as organizações.

Desta maneira, o descaso com a sustentabilidade constitui um dos principais problemas enfrentados pela humanidade e, assim, organizações, civis ou militares, públicas ou privadas devem estar direcionadas a ela. De acordo com Viterbo Junior (1998, p.15), “o sistema de gestão da organização é a base para o estabelecimento de um método de gerenciamento que vise à melhoria contínua dos resultados e promova o desenvolvimento sustentável”.

A pesquisa orientou-se no que defendem Pereira, Silva e Cabornari (2011) para quem a sustentabilidade só é possível quando cada dimensão recebe atenção nas mesmas proporções e são examinadas separadamente, atentando-se também ao que apregoam Coral (2002) e Dias (2011) de que o fundamental é que haja um equilíbrio e permanente entre elas. Tendo em vista o tema relacionado aos processos de sustentabilidade e organizações e que houve a possibilidade de realizar pesquisa em uma organização militar. Inicialmente, buscou-se na literatura a existência de estudos em organizações deste tipo envolvendo a temática. Foram identificadas pesquisas como a de Rosa (2014) que aborda as implicações da legislação ambiental para o exército brasileira; a de Perezino (2014) que apresenta enfoque na evolução da legislação ambiental contemporânea e seus reflexos sobre o exército brasileiro do século XXI e, ainda, a de Neves (2011), cujo foco foi nas ações e percepções da gestão ambiental no exército brasileiro. Desta maneira, verificou-se que nenhum dos estudos contemplou especificamente processos de serviços militares de uma organização sob a ótica da sustentabilidade na sua plenitude, pois as pesquisas encontradas concentram-se na dimensão ambiental, sem, contudo evidenciar as demais dimensões da sustentabilidade.

Entende-se que organizações militares brasileiras devam seguir o propósito das legislações ambientais específicas, contudo, dada a relevância do tema sustentabilidade nas organizações, observando-se também as outras dimensões e a busca da harmonia entre elas, a pesquisa ora descrita apresentou como problema a ser estudado: ‘como é a sustentabilidade na gestão de uma Organização Militar, situada no estado do Mato Grosso do Sul’?

2 Sustentabilidade

As ideias direcionadas a um desenvolvimento que respeite o meio ambiente foram amplamente propagadas a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972 (SACHS, 1986). A expressão desenvolvimento sustentável (DS) começou a ser utilizada no final da década de 1970 e decolou a partir dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland – Nosso Futuro Comum –, criada em 1983 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). No Relatório de Brundtland (1987) o DS é concebido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. O relatório faz referência à incompatibilidade no DS e aos padrões de produção e de consumo vigentes. Ainda, segundo o mesmo Relatório, há uma série de medidas que devem ser tomadas pelos países para o desenvolvimento sustentável, dentre as quais podem ser destacadas: limitação do crescimento populacional; garantia de recursos básicos (água, comida, energia) em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores; adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável pelas organizações; banimento das guerras; e implantação de um programa de DS pela ONU.

> O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar ao meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização, para que seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente e resulte na execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologias adaptada a esse preceito (RELATÓRIO DE BRUNDTLAND, 1987).

Os avanços tecnológicos tornaram cada vez mais curto o tempo para que o impacto sobre o meio ambiente e a sociedade fosse plenamente sentido (ALMEIDA, 2002). O autor ainda completa que a empresa que quer ser sustentável inclui entre seus objetivos o cuidado com o meio ambiente, o bem-estar do *stakeholders* e a constante melhoria da sua própria reputação. Araújo (2008, p.22) afirma que "o desenvolvimento sustentável é definido pela Conferência Rio 92 como aquele que satisfaz as necessidades sem comprometer a capacidade das futuras gerações a satisfazer as suas próprias". Fialho et al. (2008) complementam que as competências voltadas para a sustentabilidade combinam conhecimento, habilidades e características pessoais e reúnem um conjunto de conhecimentos da gestão socioambiental como o conjunto de procedimentos visando à execução e controle de ações objetivando o DS.

2.1 Os pilares da sustentabilidade

No art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 constam que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988). Ao se planejar e executar suas ações, os governos, as empresas e as organizações têm que considerar o equilíbrio entre os seguintes aspectos no processo de tomada de decisões: econômicos (crescimento e desenvolvimento da economia); sociais (atendimento das necessidades humanas) e ambientais (capacidade de regeneração, recuperação do ambiente natural). Para Pereira; Silva; Carbonari (2011, p.71) a ideia é de que o "desenvolvimento e o crescimento de um país sejam capazes de assegurar o mínimo de qualidade de vida para todas as pessoas, ao mesmo tempo em que seja garantida maior proteção ao meio ambiente". O DS está assim fundamentado em três

dimensões (econômica, ambiental e social), que consistem nos pilares da sustentabilidade, visualizados na figura 01.

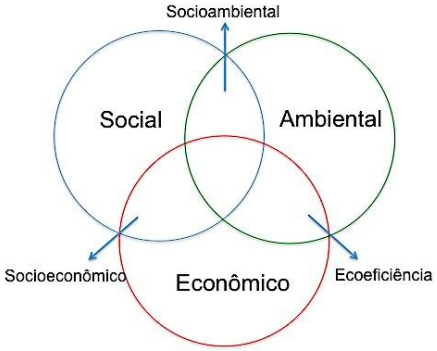

Figura 01 – O tripé da sustentabilidade Fonte: adaptado de Coral (2002)

Para que o resultado seja possível, cada dimensão deve receber a mesma atenção e examinada separadamente (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011) e, segundo os autores: (1) a perspectiva social enfatiza a presença do ser humano na terra, principal preocupação é o bem-estar humano e a qualidade de vida. O social diz respeito ao processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com distribuição de renda igualitária; (2) a perspectiva econômica relaciona a alocação e a gestão mais eficiente dos recursos com o fluxo regular do investimento público e privado; (3) a perspectiva ambiental tem como principal preocupação os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Dias (2011) afirma que o mais importante na abordagem dessas três dimensões da sustentabilidade empresarial é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que devem ter, e que tem que ser levado em consideração pelas organizações. O tema, contudo, segundo Philippi e Erdmann (2008), embora esteja presente nos discursos empresariais, nem sempre está devidamente inserido na prática organizacional, o que, mormente, caracteriza a sua apropriação indevida.

No âmbito empresarial, as três dimensões da sustentabilidade se identificam com o conceito de *Triple Bottom Line* (DIAS, 2011). O termo é adotado para enfatizar a importância da busca pela sustentabilidade, o que implica que as organizações tenham que alterar a sua abordagem econômica tradicional, incluindo as dimensões ambiental e social, tonando-se mais sustentáveis (UNEP, 2007). “No Brasil é conhecido como o tripé da sustentabilidade, que tanto pode ser aplicado de maneira macro, para um país ou o próprio planeta, como micro, em uma residência, uma empresa, uma escola ou uma pequena vila” (DIAS, 2011, p.46).

2.2 Gestão empresarial e desenvolvimento sustentável (DS)

Afonso (2006, p.60) explica que a busca da sustentabilidade requer estratégias de planejamento de longo prazo, completando ao mencionar que “planejar é buscar racionalmente uma situação melhor que a atual, evitando ou minimizando problemas e aproveitando possíveis benefícios”, e conclui afirmando que a grande maioria das empresas tem incorporado o conceito de sustentabilidade a seu discurso sem, contudo, modificar qualquer um de seus processos de produção. Segundo Aligleri; Aligleri; Kruglianskas (2009, p.116), “uma gestão responsável e sustentável é construída pelas pessoas e a forma como a empresa interage com seus colaboradores pode impactar mais no comprometimento, empenho e satisfação do que um bom salário” e, ainda afirmam que é o bom ambiente de trabalho e a maneira como as organizações tratam as pessoas, sejam elas público interno ou sociedade em geral, que abrem oportunidades para o crescimento da sustentabilidade.

Na dimensão social, Araújo (2008, p.109) destaca que o conceito de responsabilidade social é essencialmente baseado na “iniciativa das empresas em contribuir com o desenvolvimento da

sociedade em termos socioambientais, inspiradas por uma tradição de auto regulação e autodisciplina".

Sobre o pilar ambiental, Seifert (2011) afirma a gestão ambiental, bem como o DS, amadureceram nas últimas décadas e, para se obter a harmonia, tem-se que lidar com situações extremamente complexas, envolvendo uma realidade problemática e cujas condições necessitam ser melhoradas. Para o mesmo autor (p.46) o contexto de gestão ambiental "não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também uma atividade que pode propiciar ganhos financeiros para as empresas". O que se evidencia é que a legislação ambiental existe para patrocinar as soluções sustentáveis estimulando as empresas que se adotam e punindo as que se beneficiam dos custos de produção mais baixos por não investirem na proteção. Uma economia sadia não resiste sem investimento na área ambiental (ROBLES JR; BONELLI, 2006).

"Sendo assim, acredita-se que a grande maioria dos impactos negativos provocados pelas indústrias se deve, fundamentalmente, ao fato da inexistência de um modelo de gestão ambiental" (REIS; QUEIROZ, 2002, p.70). Lima (2008) destaca que gestão ambiental deve ser precedida por uma política de meio ambiente que organize e ponha em prática as diversas ações que visem o atendimento das demandas sociais e principalmente de proteção ambiental. Seifert (2011) ainda afirma que na gestão ambiental, tanto de nível público quanto privado, constituem-se em sistemas que incluem a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.

Neste ínterim, a boa gestão ambiental alinha-se ao pilar econômico à medida que se concentra no fornecimento de bens e serviços, a preços competitivos, que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduzem progressivamente o impacto ambiental, caracterizando a empresa, desta forma, como uma organização ecoeficiente (VILELA JR; DEMAJOROVIC, 2006).

2.3 Legislação de resíduos sólidos

Lima afirma que "a gestão de resíduos sólidos abrange atividades referentes à tomada de decisões estratégicas com relação aos aspectos institucionais, administrativos, operacionais, financeiros e ambientais" (LIMA, 2008, p.21). E o termo gerenciamento de resíduos sólidos refere-se aos aspectos tecnológicos e operacionais e ao desempenho da produtividade e qualidade, e relaciona à prevenção, redução, segregação, reutilização, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos (LIMA, 2008).

Com relação aos resíduos, tramitou por mais de 20 anos no Congresso Nacional o Projeto de Lei 354/1989, por intermédio da Lei 12.305 de 2010, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental e com a Política Federal de Saneamento Básico.

> Considera-se resíduo solido o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipiente e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (AMADO, p.865, 2014).

O autor ainda destaca as principais inovações referente à Lei dos Resíduos Sólidos: (1) a proibição dos lixões; (2) a atribuição de responsabilidade às indústrias pela destinação dos resíduos sólidos que produzem; (3) a inclusão social das organizações de catadores; (4) a logística reversa, que determina que fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores

realizem o recolhimento de embalagens usadas; (5) a responsabilidade compartilhada entre sociedade, empresas e governo na gestão dos resíduos sólidos; e por fim (6) a responsabilidade das pessoas de acondicionar de forma adequada o lixo para o seu recolhimento, devendo fazer a separação onde houver a coleta seletiva.

3 Metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos optou-se pelo estudo de caso, pois, para Jung (2004, p.54), é "um procedimento de pesquisa que investiga um fenômeno dentro do contexto local, real e especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". Através dele é possível descrever um sistema de produção ou técnico no âmbito particular ou coletivo, sendo uma importante ferramenta para os pesquisadores que buscam entender "como" e "por que" funcionam os procedimentos. Considerou-se o estudo de caso o método mais adequado, uma vez que a pesquisa buscou investigar como a sustentabilidade está presente na gestão de uma OM, o que requereu procedimentos para a coleta de dados que permitissem o necessário aprofundamento. A pesquisa caracterizou-se ainda como de natureza qualitativa, pesquisa que, de acordo com Michel (2009), é aquela que possui uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo e, por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto. As fontes de coleta de dados foram pesquisa documental, entrevista e observação.

Rampazzo (2013, p.52) explica que a pesquisa documental busca informações na fonte primária: "Algumas pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema". Assim, os documentos consultados foram referentes à sustentabilidade, aos objetivos setoriais e a normas e procedimentos vinculados ao DS, tais como o plano de gestão ambiental, o regulamento interno de serviços gerais e as instruções reguladoras.

Segundo Gressler (2007), a entrevista consiste em uma conversação envolvendo duas ou mais pessoas com o propósito de se obter informações para uma investigação, contudo não é somente uma simples conversa, porém uma conversa orientada para um objetivo definido. Inicialmente foi aplicada uma entrevista com o Tenente e Gestor Ambiental da OM estudada, com o objetivo de conhecer de forma geral a organização, seus setores, a política e os procedimentos voltados à sustentabilidade e direcionar a coleta de dados das diferentes fontes.

A observação tem como principal objetivo registrar e acumular informações, devendo ser controlada e sistemática, além de possibilitar contato pessoal e estreito do investigador com o fenômeno pesquisado. Marconi e Lakatos (2011) explicam que na observação não participante o pesquisador entra em contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem integrar-se a ela. "Apenas participa do fato, sem participação efetiva ou envolvimento, age como espectador" (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.279). O foco da observação foram procedimentos vinculados à sustentabilidade. Contudo, nem todos os procedimentos e observações puderam ser registrados em diário de campo, pois não houve autorização para a observação e consequente registro dos procedimentos referentes às questões ambientais.

Para Gil (2010) a análise e interpretação dos dados é um processo que nos estudos de caso se da simultaneamente à sua coleta. "A rigor, a análise se inicia com a primeira entrevista, a primeira observação e a primeira leitura de um documento" (GIL, 2010, p.122). A finalidade da pesquisa cientifica, mais do que relatar ou descrever os dados empiricamente, é desenvolver um caráter interpretativo quanto aos dados obtidos. Assim, os conteúdos foram separados e classificados, conforme o problema de pesquisa, e, então, foram interpretados e relacionados à base teórica.

4 Análise dos resultados

A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa. Inicialmente, abordam-se aspectos específicos do Exército e da OM, a gestão ambiental e, então, descrevem-se os resultados sobre as dimensões do DS.

4.1 O Exército Brasileiro (EB) e a Organização Militar (OM) estudada

A missão e a visão do EB compreendem contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão (Ministério da Defesa, 2016). A OM estudada integra, em Mato Grosso do Sul, o Comando Militar do Oeste (CMO), que tem a missão de atuar na defesa da Pátria, dissuadir ameaças aos interesses nacionais e, em situação de guerra ou conflito externo, conduzir a campanha militar terrestre para neutralizar agressão ou ameaça a soberania e garantir a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil. Na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, manter-se em condições de ser empregado, por ordem do Presidente da República, na forma da lei, em situação emergencial e temporária, depois de esgotados os instrumentos constitucionais responsáveis. Ficar em condições de participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País. O CMO é presença soberana na fronteira oeste (COMANDO MILITAR DO OESTE, 2017).

A OM iniciou as suas atividades em 06 de outubro de 1942, e é formada por aproximadamente 638 militares. A OM tem a incumbência de apoiar a população principalmente em momentos de calamidade ou ainda no desenvolvimento da região. E em tempos de paz forma reservistas – aptos a defender a pátria – mas principalmente forjando o caráter dos jovens para que retornem ao seio da sociedade, cidadãos conscientes de seus deveres e produtivos para a sociedade.

4.2 Gestão ambiental e o Exército Brasileiro

O EB é um órgão público e ao realizar suas atividades ou administrar patrimônio tem o dever de cumprir todas as normas e direitos ambientais cabíveis. A instituição em toda a sua existência sempre tomou as medidas necessárias para a proteção e prevenção do meio ambiente (PEREZINO, 2014). A proteção ao meio ambiente no Exército teve seu marco inicial com a aprovação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) no ano de 1985. Desde então a organização passou a abordar a Política de Gestão Ambiental. Neste sentido foram expedidas normas administrativas com o intuito de adequar o comando do exército aos ditames da legislação ambiental. No ano de 2001, o Comando do Exército expediu dois normativos de alta relevância no quesito à proteção ambiental, a portaria 570 que aprovou a Política de Gestão Ambiental no Exército (PGAEB), e a portaria 571 na qual se refere à Diretriz de Gestão Ambiental do Exército (DGAEB).

O Sistema de Gestão Ambiental do EB (SIGAEB) possui uma estrutura complexa que envolve os órgãos do mais alto escalão do EB até os comandos militares e regiões militares. Dessa forma, o SIGAEB é complementado pelos Planos de Gestão Ambiental de cada unidade espalhada dentro do território nacional (ROSA, 2014). O art. 10 da portaria 001⁄2011, referente às instruções reguladoras, mostra que o Sistema de Gestão Ambiental do EB envolve as etapas de planejamento, implementação e operação, verificação e análise critica, e ação corretiva.

4.3 Sustentabilidade na OM

Na dimensão social, verificou-se que na OM há uma estrutura e cuidados relativos à saúde e segurança no trabalho. A seção de saúde, é uma área sensível à reutilização de resíduos

proveniente de suas atividades, atua com ações em *prol* do meio ambiente como a destinação do lixo produzido para a separação depois de coletados, os rejeitos hospitalares passam por um tratamento que elimina os seus riscos de contaminação. Dessa forma é possível evitar acidentes de trabalho e contribuir para a saúde da população (Ten. Gestor Ambiental, 2016).

A saúde e segurança no trabalho abrange praticamente toda atividade militar. Desde a exigência de uma ficha de gerenciamento de risco para qualquer instrução militar, até a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) em qualquer atividade, conforme a periculosidade, e também como a utilização de toucas, luvas e máscaras para o manuseio de alimentos na área de aprovisionamento (Ten. Gestor Ambiental, 2016).

Além disso, verificou-se a particularidade de que a dimensão social está diretamente inserida na missão maior da instituição em relação à sociedade. A OM possui estreita ligação com entidades públicas e privadas da cidade, oferecendo diversos tipos de apoio em *prol* do desenvolvimento sociocultural e ambiental da comunidade (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Igualmente, seu papel maior é revelado ao se verificar que há também formas de apoio à sociedade (comunidade local) em casos de desastre com danos materiais e pessoais. A OM desenvolve ações de apoio logístico, apoio à saúde pública em conjunto com a prefeitura, apoio à população com emprego de passadeira de alumínio em caso de alagamento, dentre outros vários apoios que têm a finalidade de complementar atividades em que sejam necessárias a presença da OM com a população local, desde a presença da banda em festividades até como a utilização de botes para procissão fluvial (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Nesse intuito, Araújo (2008) ressalta a necessidade da organização de exercer uma função social, onde o mesmo faz questionar a cerca do verdadeiro conceito, revela o próprio questionamento sobre a responsabilidade social.

Na dimensão econômica, há na OM, estrutura específica, representada pelo setor financeiro. O setor é responsável por todo o controle de materiais, bens e serviços que a organização consome. Esse controle é efetivado sempre tomando por base qual a linha de ação menos impactante, tanto no aspecto econômico quanto ambiental e social. Ações como a conscientização dos soldados incorporados pelo alistamento militar sobre a importância de não desperdiçarem água e comida, sobre a conservação dos materiais que lhe são disponibilizados, tudo isso gera economia, tanto de recursos naturais quanto de dinheiro, além de criar a mentalidade de sustentabilidade, que o soldado levará para o seu ambiente familiar e social, fora da OM, podendo disseminar as boas práticas aprendidas durante seu serviço militar (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Notou-se, pois, uma peculiaridade da forte ligação do setor financeiro da OM (que mais atende na organização a dimensão econômica) com a dimensão ambiental e também com a dimensão social.

No que se refere à dimensão ambiental, a OM possui um plano de gestão ambiental que tem o objetivo de auxiliar o Comandante na tomada de decisões que permitam adequar a estrutura e o funcionamento das atividades dentro da OM às normas estabelecidas no RISG, sugeridos à luz da atual legislação ambiental brasileira, observadas as particularidades, potencialidades e possibilidades especiais da OM. Os planos são: tratamento de resíduos sólidos, preservação da flora e fauna, arborização, iluminação, saneamento, abastecimento e utilização de recursos, manejo de produtos com alta periculosidade, educação ambiental, e monitoramento das atividades de proteção ambiental (Ten. Gestor Ambiental, 2016).

Quanto à estrutura organizacional da OM, mais relacionada à gestão ambiental, existe um oficial responsável por essa gestão, ligado à 4ª Seção e a mesma também é responsável pelo controle financeiro da OM. A 5ª Seção é responsável pelas ações sociais (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Além de responsável específico pela sustentabilidade ambiental, a OM exerce diversas as funções de sustentabilidade social e econômica, dentre essas ações

podemos destacar (Ten. Gestor Ambiental, 2016): (1) promover atividades que valorizem o conhecimento sobre o ambiente natural regional e os recursos ambientais da OM; (2) uso de tratamento e de reutilização da água; (3) fiscalizar e proibir o uso de herbicidas persistentes na limpeza de áreas pavimentadas com escoamento para galerias pluviais, cursos d'água e rede de esgotos, bem como dos inseticidas ou quaisquer outros produtos tóxicos no controle de seres vivos sem o acompanhamento de pessoal competente; (4) realizar reflorestamento por estaquia, quando necessário, com espécies apropriadas nas vertentes principais e sujeitas a erosão laminar ou em sulcos erosivos já estabelecidos, nas margens e em pontos abertos na mata ciliar dos arroios e em torno de lagos naturais ou artificiais; (5) promover a separação do lixo seco – papéis, vidros, plástico, metais – do orgânico em todas as áreas de responsabilidade da OM; (6) reciclagem diária do lixo sólido; e (7) observar a destinação dos resíduos especiais da Seção de Saúde da OM.

Não obstante, há uma divulgação dos assuntos relativos ao meio ambiente e sustentabilidade para os militares desta OM, assim os militares divulgam esse conhecimento no meio familiar e social, possibilitando um maior conhecimento por parte da população (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Há, ainda, o desenvolvimento da mentalidade para a conservação dos recursos naturais, através de medidas de conscientização quanto ao desperdício de água e outros recursos, havendo a filtragem da real necessidade de descartar materiais antigos, mas que estejam em bom estado de funcionamento, para que se evite o desperdício em todos os sentidos, além de medidas para que se previna o desgaste prematuro dos materiais, que geraria uma demanda por novos materiais e consequentemente, possível desperdício. Todas essas ações são gerenciadas para controlar o que está sendo consumido dentro da OM e há militares responsáveis, dos setores de fiscalização, para impedir que gastos excessivos sejam autorizados (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Desta forma, percebe-se que a estrutura e a política da OM relativa à dimensão ambiental, condiz com o que assevera Seifert (2011), o que denota presença efetiva desta dimensão.

O material consumido na organização passa por um controle, realizado pela fiscalização: sobras de alimentos, combustíveis que poderiam está sendo utilizados e não estão tudo é relacionado e não deve haver nenhum tipo de descontrole na utilização desses materiais, para não gerar ônus para OM e aumentar a sustentabilidade no desenvolvimento das atividades (Ten. Gestor Ambiental, 2016). Percebe-se, novamente, forte relação entre as dimensões econômica e ambiental. Contudo, em todas as visitas feitas a OM, por meio de observações, verificou-se a utilização de copos descartáveis para água e café pelos militares, o que poderia se foco de mudança para a redução de impactos negativos ao meio ambiente. O artigo 286 do Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG) enseja a continuidade ao tradicional zelo e à salutar convivência do militar com o meio ambiente, o controle ambiental, no âmbito da unidade, visa orientar, educativamente e preventivamente, todos os integrantes da OM sobre os cuidados e o respeito à natureza, na execução de atividades diárias e operacionais.

Sobre os resíduos sólidos, a OM possui uma ação contínua no tratamento de resíduos sólidos, com importantes atitudes para evitar problemas relacionados à disposição inadequada do lixo já tomadas, como a inclusão da OM no sistema público de coleta (item I, art. 294, RISG) e a eliminação dos depósitos de resíduos a céu aberto (item II, art. 294, RISG), entendido como resíduos não orgânicos (Ten. Gestor Ambiental, 2016). A OM promove ainda ação em apoio à prefeitura municipal no auxílio de viaturas com caçambas para a coleta de pneus em borracharias e empresas, para que seja feito o armazenamento, a reutilização e reaproveitamento dos mesmos (Ten. Gestor Ambiental, 2016).

O Tenente entrevistado pontuou também outras atividades relacionadas na qual é de função da OM, como: (1) promover a separação do lixo seco (papeis, vidro, plástico e metais) do

orgânico em todas as áreas de responsabilidade da OM; (2) observar a destinação dos resíduos especiais da seção de saúde; (3) verificar a possibilidade da execução da coleta seletiva do lixo pela prestadora responsável; (4) não incinerar o lixo orgânico, como os restos vegetais de aparas de grama, buscando o aproveitamento da matéria na adubação orgânica de eventuais cultivos; (5) executar rigoroso acompanhamento da destinação final dos óleos lubrificantes e combustíveis, verificando o cumprimento da legislação em vigor que recomenda a coleta direta pelos fornecedores comerciais dos produtos; (6) promover o aproveitamento de papeis, metais e outros materiais reutilizáveis; (7) não enterrar resíduos sólidos sob quaisquer circunstâncias; e (8) recolher os resíduos (comuns e do posto de saúde) e destiná-los aos aterros controlados, conforme normas do município.

A OM, por ser um órgão público, não possui nenhuma forma de geração de receita, porém existe o reaproveitamento de materiais, por meio da reciclagem de alguns que estejam inutilizados, mas não com o fim de gerar receitas, mas para atender as necessidades internas da OM (Ten. Gestor Ambiental, 2016).

Por fim, a dimensão ambiental, associada à busca do equilíbrio da natureza, da preservação dos recursos energéticos e naturais, da redução dos impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente e da utilização de recursos não renováveis e da emissão de poluentes (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011) e à busca do manejo adequado e não prejudicial de resíduos e do alcance de uma economia de recursos substancial (MARSHALL JR. et. al., 2009, p.85) está presente na OM. Constatou-se que a OM possui tarefas cotidianas que visam minimizar o impacto ambiental, tais como: tratamento de resíduos sólidos e líquidos, preservação da flora e fauna, iluminação e saneamento, tratamento e de reutilização da água, separação do lixo seco do orgânico, reciclagem diária do lixo sólido. Contudo, evidenciou-se que a destinação dos resíduos da Seção de Saúde e refeitório pode ser ainda melhorada.

No que se refere à dimensão social, cuja principal preocupação é o bem-estar humano e a qualidade de vida (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011), verificaram-se ações externas, internas e externas e internas. Externamente, há ações como palestras de militares em escolas municipais proporcionam um maior conhecimento sobre a OM. Além do Pelotão Esperança (parceria entre a prefeitura e a OM) e formas de apoio à sociedade em caso de desastres com danos materiais e pessoais. Externamente e internamente, há o desenvolvimento da mentalidade para a conservação dos recursos naturais, através de medidas de conscientização quanto ao desperdício de água e outros recursos. Internamente, os militares utilizam os EPIs em atividades que oferecem risco e cuidados relativos à saúde, considerando a existência do ambulatório. Também no que concerne à dimensão social, no sentido de reduzir consideravelmente as diferenças sociais (SACHS, 1986) e prezar pelo crescimento estável com distribuição de renda igualitária (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011), verificou-se que não existem ações em longo prazo que busquem atender a tais objetivos para a sociedade em âmbito geral, tal objetivo limita-se a geração de renda para os próprios militares.

A dimensão econômica, na busca pela gestão mais eficiente dos recursos (SACHS, 1986) e por requerer que a eficiência econômica não deva ser avaliada apenas com base na lucratividade, mas levar em conta aspectos macrossociais (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011), é evidenciada na OM na promoção do aproveitamento de papéis, metais e outros materiais reutilizáveis, e, mesmo que inexistindo formas de geração de receita, há o reaproveitamento de alguns materiais para atender as necessidades internas da OM.

5 Considerações finais

Verificou-se que existe uma política de sustentabilidade expressa nos seguintes documentos: Regulamento Interno e Serviços Gerais, Licenciamento do Exército, Plano de Gestão

Ambiental da OM e nos relatos de tais cargos: Capitão, Tenente e o Major, que são os responsáveis pela aplicação e execução do Plano de Gestão na OM. Identificou-se a vinculação dos objetivos especialmente nos setores da saúde, refeitório e na garagem. Porém, por uma questão de privacidade da Organização, não foi possível conhecer, analisar e descrever corretamente tais processos vinculados à sustentabilidade, uma vez que foram apenas mencionados pelos responsáveis.

Percebeu-se que a OM tem uma mentalidade muito forte quando se trata das dimensões ambiental e social. Por se tratar de um órgão público federal, há diretrizes e normas para o melhor cuidado com o ambiente no qual está inserido, e faz parte da função do Exército ajudar a comunidade em situações de riscos. Também na dimensão social há cuidados relativos à saúde e à segurança dos próprios militares. No que se refere à dimensão econômica, a OM não tem nenhuma geração de renda para a mesma, no sentido restrito de lucro, pela própria natureza da OM. Há, porém, pequenas funções ou atividades para se diminuir o gasto gerado pela unidade, como economias de luz e água. Todavia, por conta de uma política de privacidade da OM, não foi possível analisar e descrever os processos ambientais, sendo possível apenas identifica-los no que prevê a Lei dos Resíduos Sólidos.

Por fim, através do estudo concluído, sugere-se à OM, principalmente no que se refere à questão ambiental, que promova melhorias na unidade conforme prevê a legislação em vigor, que efetivem um contrato firmando oficialmente a parceria com a prefeitura com relação ao recolhimento dos resíduos da saúde, que retirem o uso de copos plásticos nos setores e que cada um possa levar a sua caneca ou copo para o café e água, deixando o uso dos copos plásticos apenas para os visitantes, assim diminuindo tais resíduos. E que possam aprimorar o Plano de Gestão Ambiental da OM, tendo como base em revisão conforme todas as legislações vigentes, sejam das esferas municipais, estaduais e federais.

Como retrato, há uma escassez de estudos em OMs, especialmente no que se refere à prática da sustentabilidade. No entanto, sabe-se da importância de pesquisas nessas instituições para que possam melhorar os seus processos e atividades operacionais em *prol* do DS. Assim, sugerem-se pesquisas semelhantes em outras OMs e nova pesquisa na OM objeto de estudo desta, com maior tempo, para um aprofundamento no que se referem à dimensão ambiental, dadas algumas limitações ocorridas na presente pesquisa.

Referências

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade:** caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental:** responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AMADO, Frederico. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: Método, 2014.

ARAÚJO, Gisele Ferreira de. **Estratégias de sustentabilidade:** aspectos científicos, sociais e legais, contexto global: visão comparativa. São Paulo: Editora Letras Jurídicas, 2008.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Planalto. Casa Civil. Lei n 12.305 de 2010. Disponível: https://goo.gl/C5kUTw. Acesso em agosto de 2016.

BRUNDTLAND, Relatório de. **Nosso futuro comum.** https://goo.gl/4frQ7T. 1987. Acesso em maio de 2017.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial.** Florianópolis: UFSC, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; FILHO, Gilberto Montibeller; MACEDO, Marcelo; e MITIDIERI, Tibério da Costa. **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento:** o desenvolvimento sustentável e a nova realidade da sociedade pós-industrial. Florianópolis: Visual Books, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa e desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

LIMA, José Dantas. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil.** 2008.

MARSHALL JUNIOR, Isnard; CICERO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Bacelar; LEUSIN, Sérgio. **Gestão da qualidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, Eduardo Borba. **A gestão ambiental no Exército Brasileiro:** ações e percepções. 2011. Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências na área de saúde pública e meio ambiente. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente.** São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREZINO, Paulo Eduardo de Mello. **A evolução da legislação ambiental contemporânea e seus reflexos sobre o Exército Brasileiro do século XXI.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

PHILIPPI, Daniela Althoff; ERDMANN, Rolf Hermann. **A Produção Mais Limpa e suas alterações no PCP**: uma Análise a partir das Dimensões Social, Econômica e Ecológica do Desenvolvimento Sustentável, Anais do. XXV. Simpósio da Inovação Tecnológica, 2008, XXV SIMPOI -. Simpósio da Inovação Tecnológica, Brasília, DF, BRASIL, Português.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica:** para alunos do curso de graduação e pós-graduação. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

REIS, Luis Filipe Sanches de Sousa; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. **Gestão Ambiental em pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Qualitymark Ed, 2002.

ROBLES JR, Antonio; BONELLI, Valério Vitor. **Gestão da qualidade e do meio ambiente:** enfoque econômico, financeiro e patrimonial. São Paulo: Atlas, 2006.

ROSA, Carlos Mário de Souza Santos. **As implicações da legislação ambiental para o Exército Brasileiro.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

SEIFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNEP – **United Nations Environment Programme**. Annual Report – 2007. Disponível em: <http://www.unep.org/PDF/AnnualReport/2007/AnnualReport2007_en_web.pdf> Acesso em: 08/11/2013.

VAN BELLEN, Hans. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Tese de doutorado 2002 (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

VILELA JR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques. **Modelo e ferramentas de gestão ambiental:** desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo – Senac, 2006.

VITERBO JR, Ênio. **Sistema integrado de Gestão Ambiental:** como implementar um sistema de gestão que atenda à norma ISO 14001, a partir de um sistema baseado na norma ISO 9000. São Paulo: Aquariana, 1998.